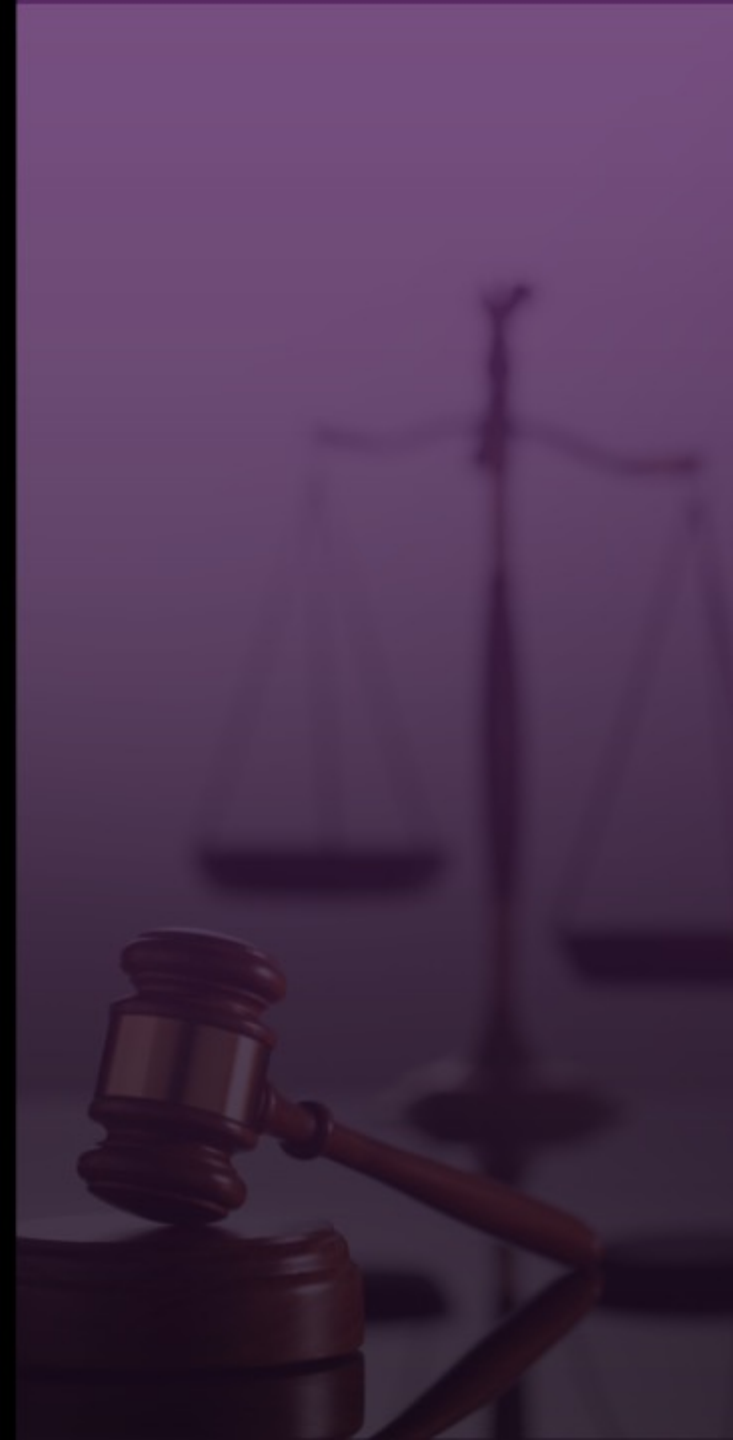




EC 132/2023

Panorama geral



Novos princípios tributários

Art. 145 (...)

§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da **simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.**

§ 4º As alterações na legislação tributária **buscarão atenuar efeitos regressivos.**

Todos os tributos serão afetados?

Não!

Estruturalmente serão afetados os seguinte tributos sobre o consumo:

- ✓ PIS
- ✓ COFINS
- ✓ ICMS
- ✓ ISS

Mudanças pontuais em:

- ✓ IPTU
- ✓ IPVA
- ✓ ITCMD
- ✓ Contribuição para o custeio da iluminação pública
- ✓ IPI

Novos tributos:

- ✓ Imposto Seletivo
- ✓ Contribuição para os Estados e DF

Modelo de IVA dual

União

PIS

COFINS

CBS

Estados, DF, Municípios

ICMS

ISS

IBS

IVA: Imposto sobre Valor Agregado

CBS e IBS

Art. 149-B. Os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, observarão as mesmas regras em relação a:

- I - fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;
- II - imunidades;
- III - regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação;
- IV - regras de não cumulatividade e de creditamento.

Fatos tributáveis atualmente

- ✓ PIS: receitas
- ✓ Cofins: receitas
- ✓ ICMS: circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
- ✓ ISS: prestação de serviços

Fatos tributáveis com a implementação da Reforma Tributária

- ✓ IBS: operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços
- ✓ CBS: operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços



Regulação por lei complementar

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

ADCT, art. 124, parágrafo único. A contribuição prevista no art. 195, V, será instituída pela mesma lei complementar de que trata o art. 156-A, ambos da Constituição Federal.

Regulação por lei complementar

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

ADCT, art. 124, parágrafo único. A contribuição prevista no art. 195, V, será instituída pela mesma lei complementar de que trata o art. 156-A, ambos da Constituição Federal.